



Psicologia Ciência e Profissão
ISSN: 1414-9893
revista@pol.org.br
Conselho Federal de Psicologia
Brasil

Gomes de Castro, Thiago; Abs, Daniel; Castellá Sarriera, Jorge
Análise de conteúdo em pesquisas de Psicologia
Psicologia Ciência e Profissão, vol. 31, núm. 4, 2011, pp. 814-825
Conselho Federal de Psicologia
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=282021813010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Análise de Conteúdo em Pesquisas de Psicologia

Content Analysis In Psychology Research

Análisis De Contenido En Investigaciones De Psicología

**Thiago Gomes de Castro,
Daniel Abs &
Jorge Castellá Sarriera**

Universidade Federal do
Rio Grande do Sul

Artigo



Resumo: O estudo enfoca as aplicações do método análise de conteúdo (AC) em pesquisas empíricas de Psicologia, de acordo com os procedimentos técnicos identificados sob essa denominação. Apresenta, primeiramente, uma breve discussão sobre as variações de AC e uma análise dos critérios de validação científica que embasam a prática do método. Em seguida, descreve os modos mais recorrentes de utilização da AC, a partir de revisão realizada junto a 83 artigos publicados entre 2004 e 2009 em seis periódicos de Psicologia no Brasil. Os periódicos selecionados foram classificados dentro do extrato A1 e A2 na avaliação trienal de periódicos da CAPES (2007-2009), e acessados através da base de periódicos Scielo. A discussão final foi encaminhada para a avaliação do rigor metodológico vinculado à prática do método, sugerindo informações claras sobre o tipo de abordagem de AC, de execução da AC e explanação criteriosa dos passos e procedimentos técnicos adotados na análise dos dados.

Palavras-chave: Método de pesquisa. Psicologia. Análise de conteúdo. Indicadores qualitativos.

Abstract: The study focuses the application of the content analysis method in empirical research in psychology, according to the technical procedures identified under that methodology. It presents in the first place a brief discussion on the variations in CA and an analysis of the scientific validation criteria that support the method practice. Then it describes the most frequent modes of uses of the CA, extracted from a review conducted in 83 articles published between 2004 and 2009 in six psychology journals in Brazil. The selected journals were classified as A1 and A2 in a triennial assessment for the CAPES periodicals (2007-2009), and were retrieved from the Scielo base of journals. The final discussion highlights the evaluation assessment of methodological rigor accuracy associated to the practice of the method, suggesting clear information about the CA approach, implementation of the CA and careful explanation of the steps and technical procedures adopted in data analysis.

Keywords: Research method. Psychology. Content analysis. Qualitative Indicators.

Resumen: El estudio enfoca las aplicaciones del método Análisis de Contenido (AC) en investigaciones empíricas de psicología, con arreglo a los procedimientos técnicos identificados bajo esa denominación. Presenta, primeramente, una breve discusión acerca de las variaciones de AC y un análisis de los criterios de validación científica que dan base a la práctica del método. Enseguida, describe los modos más recurrentes de utilización del AC, a partir de revisión llevada a cabo junto a 83 artículos publicados entre 2004 y 2009 en seis periódicos de Psicología en Brasil. Los periódicos seleccionados han sido clasificados dentro del estrato A1 y A2 en la evaluación trienal de periódicos de la CAPES (2007 – 2009), y accedidos a través de la base de periódicos Scielo. La discusión final se ha destinado a la evaluación del rigor metodológico vinculado a la práctica del método, sugiriendo informaciones claras acerca del tipo de abordaje de AC, de ejecución del AC y explanación criteriosa de los pasos y procedimientos técnicos adoptados en el análisis de los datos.

Palabras clave: Metodología de la investigación. Psicología. Análisis de Contenido. Indicadores Cualitativos.

O presente estudo tem como objetivo geral analisar a descrição do método análise de conteúdo (AC) em artigos empíricos de Psicologia. Nesse sentido, apresenta uma linha de argumentação que busca relacionar a definição do método com sua aplicação, a partir da seguinte sequência de tópicos: 1) definição geral de AC e breve descrição das variabilidades aplicativas na pesquisa empírica, 2) validade e adequação científica no trabalho de mediação entre evidências e resultados, 3) revisão de descrições do método AC em artigos de Psicologia, 4) discussão da revisão e 5) considerações finais.

Análise de conteúdo: percursos e tendências

A história dos métodos de pesquisa em Psicologia é marcada por inovações tecnológicas, revisões de pressupostos teóricos e combinação de métodos. Nesse contexto, a definição de regras claras e bem fundamentadas em evidência é premissa para a sobrevivência científica de técnicas de análise e tratamento de dados. Para isso, a exposição e a avaliação da coerência entre pressupostos lógicos e técnicos na condução de pesquisas é fator imprescindível para sua

adequação e validação científica (Gomes, 2007).

O presente artigo busca, através de um levantamento, avaliar o sentido das relações entre o fundamento e a prática da análise de conteúdo. A partir daí, pretende discutir parâmetros para a análise e a publicação dos trabalhos que utilizam esse método. Inicialmente, uma série de perguntas deriva da denominação AC: são os estudos da AC quantitativos ou qualitativos? O trabalho é indutivo, buscando nos dados sua regra inferencial, ou dedutivo, respondendo a hipóteses formuladas *a priori*? O que une essas técnicas em torno de um mesmo nome? Quais os indicadores necessários para a explicitação do procedimento de análise quando da publicação?

Em termos gerais, a AC pode ser definida como um conjunto de instrumentos metodológicos que têm como fator comum uma interpretação controlada, baseada na inferência (Bardin, 1977/2010). Esse conjunto de técnicas de análise visa a obter, por meio de procedimentos sistemáticos, indicadores quantitativos ou qualitativos que permitam a inferência de conhecimentos relativos à produção/recepção de mensagens. Trata-se, em última instância, de um esforço de interpretação que oscila entre o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

O poder de adesão ao método pode ser constatado através do levantamento internacional conduzido por Elo e Kyngäs (2008) na base de dados *Ovid-Medline*. Os autores demonstraram que a AC é um dos métodos de pesquisa mais populares em ciências da saúde, enfermagem e Psicologia. Os resultados do levantamento apontam um aumento significativo de pesquisas identificadas com a AC no período de 2000

a 2007 (5582 artigos), quando comparado ao período de 1990 a 2000 (2804 artigos). Segundo Harwood e Garry (2003), o sucesso da AC pode ser explicado por sua flexibilidade de adaptação a diferentes delineamentos de pesquisa.

Por outro lado, a AC é também alvo de constantes críticas. Conforme Morgan (1993), de um lado, a AC é por vezes tratada por pesquisas quantitativas como uma técnica que não serve aos propósitos de análises estatísticas refinadas; de outro, é relatada como uma técnica não suficientemente qualitativa em sua origem, pois não avaliaria indutivamente o significado emergente dos conteúdos que categoriza. A despeito das críticas, seu uso em pesquisas de Psicologia é expressivo, como o presente levantamento destacará mais adiante.

Apesar da definição ampla e dos vários modos de operacionalização, a AC parece estar associada, entre as pesquisas nacionais, ao modelo proposto por Bardin (1977/2010). Segundo a autora, o trabalho da análise de conteúdo se define por regras lógicas de organização, categorização e tratamento de dados quantitativos ou qualitativos. Tais regras estão presentes ao longo de um processo de preparação, de elaboração e de relato de resultados. Bardin refere-se a seis técnicas de AC, a saber: análise categorial, análise de avaliação, análise de enunciação, análise de expressão, análise das relações e análise do discurso. Nesse universo, sua aplicação, embora variável, orienta-se por duas premissas: 1) organização das análises pelas características do material e 2) condução da análise conforme os objetivos traçados na pesquisa.

Para Bardin (1977/2010), o primeiro momento da AC refere-se à pré-análise,

quando são definidos os documentos e protocolos a serem analisados, as hipóteses e os objetivos delineados e os indicadores de critério de análise que serão utilizados. O segundo momento, chamado de codificação, reporta-se à transformação do dado bruto – evidência original – em estrutura traduzida de manifestação do dado. Nessa etapa, a AC vale-se de três índices para a organização da análise; são eles: recorte, agregação e enumeração. No recorte, são definidas as unidades de análise como, por exemplo, os recortes semânticos (temas) ou os linguísticos (palavras/frases). Em seguida, a agregação determina qual a natureza das unidades que serão aglomeradas em torno de categorias distintas. Por fim, a regra de enumeração indica o tipo de gradiente e aritmética aplicado aos referentes do material analisado.

Em especial, a regra de enumeração define a distinção entre uma AC qualitativa e quantitativa. Em casos qualitativos, utiliza-se o princípio de enumeração *presença/ausência*, no qual o que se considera é o entendimento teórico prévio sobre a emergência ou não de significados incrustados em um grupo de palavras. Nesse caso, é possível avaliar se o princípio da enumeração em AC qualitativa estabelece um tipo confirmatório ou não confirmatório de análise, baseado na ocorrência ou não de um referente esperado. Em contrapartida, a AC quantitativa sustenta o princípio de enumeração por frequência, quando a regra válida é a contagem dos referentes textuais. Nessa modalidade de enumeração, a contagem pode estar baseada ora na suposição de igualdade de peso entre os referentes, ora na diferença de peso por critérios de intensidade e direção do conteúdo (frequência ponderada), conforme a teoria que embasa as análises.

A distinção entre análises de conteúdo quantitativas e qualitativas compõe um capítulo à parte na definição da AC. Existem na AC qualitativa, conforme Keats (2009),

basicamente quatro modelos de análise de significado falado ou escrito: 1) ênfase na ordem temporal da fala, 2) análise da estrutura narrativa, conforme os diferentes paradigmas, 3) análise de função da fala (pragmática) e 4) análise contextual do discurso. Com ênfase distinta, Lieblich, Tuval-Mashiach e Zilber (1998) descreveram quatro modelos de interpretação de significados, mas que variam entre modelos qualitativos e quantitativos na análise de fala e escrita. A taxonomia dos autores se orienta pelas perguntas de pesquisa que influenciam os significados expressados pelos participantes de um estudo. Os subtipos descritos por Lieblich et al. (1998) são: a) análise de conteúdo holística, quando os conteúdos de um relato são considerados em sua globalidade à medida que os significados implícitos e explícitos são explorados (indução qualitativa), b) análise formal holística, quando os conteúdos são analisados em termos de seu aspecto estrutural semântico ao longo das análises (dedução qualitativa), c) análise de conteúdo categorial, que consiste na contagem e na aglomeração de conteúdos dentro das categorias pré-definidas da pesquisa (dedução quantitativa) e d) análise formal categorial, quando características de estilo e uso formal da linguagem são contadas e aglomeradas dentro de categorias pré-definidas (dedução quantitativa).

Apesar de a AC ser definida por Bardin (1977/2010) como um procedimento dedutivo, seu uso pode estar também vinculado a uma epistemologia indutiva. Segundo Polit e Beck (2004), a diferença entre a AC indutiva e a dedutiva está no processo de alocação e aglomeração dos conteúdos em categorias. Na AC indutiva, os conceitos, significados e categorias derivam dos dados, enquanto na AC dedutiva a estrutura de análise é operacionalizada com base em conhecimentos prévios. A recomendação para o uso de uma AC indutiva é feita quando não existem estudos prévios sobre determinado fenômeno ou quando os dados

estão muito dispersos, dificultando uma lógica de alocação por categorias formais ou prévias. Já a AC dedutiva é útil quando se pretende testar uma teoria em diferentes situações ou para comparar categorias em períodos de tempo distintos.

Outro ponto de discussões entre os estudiosos da AC é a definição dos critérios de inclusão de conteúdos em categorias. Graneheim e Lundman (2004), por exemplo, indicam que unidades de análise compostas por mais de uma sentença e com diferentes sentidos podem dificultar a compreensão das nuances do fenômeno. Por outro lado, unidades de análise muito restritivas, com poucas palavras, podem levar a uma fragmentação do fenômeno investigado. É importante que esses critérios sejam ainda definidos na fase de preparação da AC.

Nessa fase, a definição dos critérios deve considerar se a pesquisa incluirá apenas conteúdos manifestos na transcrição dos dados ou se considerará também conteúdos latentes, como silêncio, sinais, postura, sorriso, etc (Graneheim & Lundman, 2004). Robson (1993) relembra que as opções de inclusão de conteúdo devem respeitar os preceitos da AC já mencionados: 1) características do material e 2) objetivos da pesquisa.

Na fase de organização das unidades ou categorias de análise, Tesch (1990) recomenda aos pesquisadores que utilizam a AC a busca de um sentido de coesão ou de dispersão nos dados. Dey (1993) propõe algumas questões norteadoras para essa obtenção de sentido: 1) quem está contando/relatando?, 2) onde está ocorrendo esse relato?, 3) quando aconteceu o evento do conteúdo relatado?, 4) o que está ocorrendo no momento do relato?, 5) por que o conteúdo está assim sendo narrado? O objetivo dessas perguntas é alcançar uma aproximação experiencial com o conteúdo geral comunicado pelo participante.

Ao final, na fase de relato dos resultados, almeja-se evidenciar as relações estabelecidas entre os conteúdos categorizados e o senso geral obtido na organização das unidades de análise. Ao longo dessa sequência, cabe ao pesquisador explanar criteriosamente a consistência de seus procedimentos de análise em vista das conclusões elaboradas. É o que Bardin (1977/2010) denomina jogo entre hipóteses, técnicas e interpretação. Para tanto, a descrição dos indicadores de critério utilizados é essencial para a transparência do método.

Validade e adequação científica: relações entre evidência e interpretação

Um dos pontos-chave para se entender a variabilidade aplicativa da AC e seus limites interpretativos é a observação dos critérios de validade e de adequação científica em uma pesquisa, isto é, algo como investigar o modo como o pesquisador descreve sua mediação entre a evidência bruta do dado coletado e a transformação interpretativa desse dado em resultados organizados. Nesse sentido, toda pesquisa parte de pressupostos de validade e de adequação científica específicos que permitirão entender a mediação entre a evidência bruta e os resultados de uma pesquisa. Ainda que os pressupostos não sejam claramente descritos, o processo de mediação entre evidência e resultados deve constar na descrição de uma pesquisa a fim de permitir entendimento sobre as leis que conduziram sua análise.

Miyata e Kai (2009) sugerem quatro eixos binários paradigmáticos que podem sustentar a explicação das variações de adequação científica em uma pesquisa. São eles: validade x credibilidade, confiabilidade x dependência, objetividade x confirmabilidade e generalização x transferibilidade. Segundo os autores, a díade validade X credibilidade

O teste de generalizações, explicações e predições seria viável, portanto, através de uma progressão embasada em teorias de conteúdo explicitamente formuladas (DeSouza & Gomes, 2003).

refere-se à definição dos critérios de análise antes (validade) ou durante (credibilidade) a realização de uma pesquisa. A díade confiabilidade x dependência indica a opção de se assumir ou não a estabilidade de uma regra de análise no processo de investigação. Nesse caso, ou se confia plenamente na regra de análise estabelecida na preparação da pesquisa (confiabilidade) ou se definem novas regras pela dependência da manifestação variável dos dados (dependência). No eixo objetividade x confirmabilidade, o interesse recai sobre a possibilidade ou não de neutralidade das análises, sendo a indicação da neutralidade associada à objetividade do pesquisador e a não neutralidade à confirmação subjetiva dos dados pelo pesquisador. Por fim, no eixo generalização x transferibilidade, o foco é a extensão aplicativa dos achados de uma pesquisa. No caso da transferência plena dos achados sem a discussão das especificidades de cada contexto de transferência, vale a regra de generalização. Já na relativização dos achados, conforme as especificidades de cada contexto de transferência dos dados, prevalece o princípio da transferibilidade. As combinações derivadas desse patamar axiomático permitem afirmar, por exemplo, que uma pesquisa qualitativa não necessariamente deverá se orientar por paradigmas quantitativos e vice-versa, ou seja, a distinção qualitativo x quantitativo pode referir-se apenas à operação técnica, mas não ao pressuposto teórico que a sustenta.

Traduzindo esse modelo para o caso da AC, tornam-se mais claros os motivos pelos quais o método permite assumir características operacionais variáveis como, por exemplo, qualitativas ou quantitativas na condução de uma análise categorial de dados. Mesmo assim, qualitativo ou quantitativo, o método da AC repousa sobre uma base homogênea de consideração da evidência de conteúdo como um índice

natural, uma evidência necessariamente presente no texto. Essa característica poderia dificultar o entendimento da AC como um procedimento indutivo em essência, conforme avaliam Polit e Beck (2004), uma vez que, na indução, a dependência não é citada em conteúdos necessariamente explícitos como dados. Em pesquisas de viés indutivo, abre-se espaço, por exemplo, para análises da intencionalidade da fala ou mesmo para elementos implícitos na relação pesquisador-participante. Em lógicas indutivas de ciência, o que se propõe seria o contrário de análises baseadas em conhecimentos prévios ou voltadas para a aglomeração de unidades categóricas. Em uma análise crítica, a execução da AC pode aparentar melhor adequação às epistemologias dedutivas, como afirma Bardin (1977/2010).

De acordo com essa discussão, os critérios de validade, generalização de resultados e predição de ocorrências são mais adequados e estão condicionados ao modelo de explanação e de articulação dedutiva lógica dos conteúdos. Em modelos hipotético-dedutivos, por exemplo, são propostas fundamentações prévias sobre a articulação formal entre os conteúdos extraídos dos dados. Nesse sentido, o embasamento em teoria justificaria a lógica normativa de composição das interpretações. O teste de generalizações, explicações e predições seria viável, portanto, através de uma progressão embasada em teorias de conteúdo explicitamente formuladas (DeSouza & Gomes, 2003).

Um aspecto importante da construção do argumento, em estudos baseados em conteúdo de resposta, é a relação estabelecida entre as categorias extraídas dos dados e as conclusões relativas. Essa relação depende, em grande parte, da entrevista ou do questionário conduzido junto aos participantes. Diefenbach (2008) sugere que a seleção ou a exclusão de perguntas faz parte

de uma visão perspectiva sobre a realidade do fenômeno em investigação, e, por essa razão, é imperfeita. A crítica do autor indica que, embora o aumento do número de entrevistas possa melhorar a qualidade da interpretação dos resultados devido à saturação de padrões de resposta emergentes, a validade dos dados permanece questionável, uma vez que se sustenta em proposições pontuais. Nesse caso, se um estudo está assentado em um pressuposto epistemológico de credibilidade, ao contrário de validade, tal enviesamento não representa um defeito ou falha das análises, como indica Diefenbach. O que ficaria valendo, na situação da credibilidade, é o critério de adequação científica assumido, pelo qual se mede a extensão possível da interpretação de determinado resultado, nesse caso, a perspectiva subjetiva do pesquisador.

Considerando as variações de mediação entre evidência e resultados, o uso da AC parece ser um bom mote de discussões sobre os limites de adequabilidade da interpretação em pesquisa científica. Em vista desses apontamentos, o presente estudo tem como objetivos específicos: 1) descrever o estado da arte em análise de conteúdo através do seu uso em pesquisas publicadas em periódicos científicos de Psicologia de circulação nacional, 2) listar as modalidades mais frequentes de AC e 3) sugerir parâmetros descritivos para a publicação científica de artigos que utilizem o método AC. Vale ressaltar que o trabalho de revisão da descrição do método nos artigos não busca discutir o mérito das análises, tampouco a qualidade dos estudos revisados, mas fornecer um panorama do uso da AC em artigos de Psicologia e sugerir parâmetros descritivos para futuras pesquisas.

Método

Foi realizada uma revisão sistemática (Greenhalgh, 1997) junto a seis periódicos científicos nacionais de Psicologia: *Psicologia*, *Reflexão e Crítica*, *Psicologia em Estudo*,

Psicologia: Teoria e Pesquisa, *Estudos de Psicologia* (Campinas), *Estudos de Psicologia* (Natal) e *Psicologia e Sociedade*, tendo como critérios de inclusão a disponibilidade *online* de textos na íntegra a partir do Scielo.org e do sistema de avaliação *Qualis* da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão responsável pela avaliação dos periódicos científicos nacionais. Os seis periódicos selecionados para a pesquisa encontram-se no extrato A do sistema de avaliação, segundo classificação do triênio 2007-2009. Esse extrato inclui periódicos com classificação A1 e A2, que são considerados pelo sistema *Qualis* como aqueles “da mais alta qualidade, nos quais a área julga que deva sinalizar para avançar a qualidade da produção científica de sua comunidade” (CAPES, 2008). Apesar de pertencerem ao grupo de revistas A2, não entraram na análise os periódicos *Cadernos de Saúde Pública* e *Tempo Psicanalítico*, o primeiro, por não apresentar nos últimos cinco anos artigos que utilizavam AC explicitamente e que poderiam ser incluídos na análise, e o segundo, por não possuir acesso *online* aos textos na íntegra a partir do Scielo. Os artigos analisados obedeceram ao critério de menção explícita da AC como método utilizado na pesquisa.

Um protocolo com indicadores descritivos foi criado e se distribui em cinco itens:

- 1) Que técnicas foram utilizadas na coleta de dados?
- 2) Qual a referência teórica para a técnica de análise?
- 3) Os autores expressam os procedimentos de análise dos dados?
- 4) Os autores expressam os indicadores para a inferência de resultados?
- 5) Os autores expressam os procedimentos de inferência utilizados?

Resultados e discussão

Foram encontrados 83 artigos que responderam aos critérios de inclusão no *corpus* da pesquisa. Cada um dos itens

propostos no protocolo foi verificado segundo os critérios apresentados na Tabela 1 e registrados conforme o índice de referência. Também se registraram as frequências descritivas de artigos relativas a cada indicador.

Do montante de estudos, o primeiro indício de convergência entre as pesquisas é a constatação de que os trabalhos em AC se baseiam majoritariamente no modelo proposto por Bardin. Dos 83 artigos, 53 mencionam a autora como referência. Contudo, a especificação das técnicas empregadas de AC não é uma constante entre os trabalhos. Afora a análise categorial, frequentemente mencionada, nenhuma das outras técnicas aparece. Há casos em que o método é descrito apenas como *análise de conteúdo conforme Bardin (1977/2010)*.

Tabela 1. Critérios, indicadores e frequência

	Critério	Indicador	Frequência n(%)
Técnicas	Foram considerados os instrumentos utilizados para a coleta dos dados que depois foram submetidos aos procedimentos de AC	Entrevistas	64 (77,10)
		Observação	13 (16,66)
		Inquéritos	21 (25,30)
		Grupo Focal	04 (04,82)
Referência	Foram considerados os autores referidos para o procedimento de AC	Bardin	53 (63,85)
		Minayo	11 (13,25)
		Laville & Dione	12 (14,46)
		Olabuenaga	02 (02,41)
		Software	04 (04,82)
	Não apresentou	12 (14,46)	
Organização	Foi considerada a presença de descrições de procedimentos para a análise dos dados	Presença	61 (73,49)
		Ausência	22 (26,51)
Indicadores	Foi considerada a presença de descrição de qualquer elemento que, destacado dos dados brutos, permitisse ser componente para uma lógica de inferência	Presença	35 (42,17)
		Ausência	48 (57,83)
Inferência	Foi considerada a presença de descrição de qualquer procedimento de organização lógica dos dados analisados para a obtenção da conclusão	Presença	28 (33,73)
		Ausência	55 (66,27)

Fonte: Dados da pesquisa

Em relação aos instrumentos utilizados na coleta dos dados, há prevalência de entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, seguidas de questionários e escalas. A análise de dados oriunda da combinação de diferentes fontes também foi observada. No estudo de Libório (2005), por exemplo, a AC serviu à análise de observações somada a entrevistas e registros de supervisão. Na maior parte dos artigos analisados, as entrevistas, em especial, priorizam a relação direta entre os conteúdos que serão abordados e os eixos categóricos pré-estabelecidos para a organização do material. Isso indica a prevalência do modelo dedutivo de análises, porém não especifica ainda os indicadores de critério mais utilizados.

Em decorrência da análise em periódicos de Psicologia, as variáveis avaliadas nos artigos são quase em sua totalidade psicológicas. Entretanto, em alguns casos, é possível observar uma incongruência entre as variáveis conceituadas nos objetivos das pesquisas e a operacionalização da análise de seus referentes no corpo das mensagens, isto é, em análises estritamente temáticas, não ficam claros os procedimentos inferenciais que permitam afirmar que determinado conteúdo tematizado corresponde ao eixo categórico definido na análise. Há, portanto, nesses casos, um distanciamento entre os caracteres conceituais e as características percebidas da variável na análise. O cuidado com o uso da variável deve se ampliar e estar presente não só nos objetivos mas também nas análises executadas, assim como ser o foco da conclusão apresentada.

Quanto à presença de descrições dos procedimentos de análise, esperava-se que os artigos mantivessem uma relação de dependência entre a descrição da organização dos dados brutos, a descrição dos indicadores de inferência e o relato dos procedimentos de inferência. Tal dependência entre os momentos da análise

não se mostrou constante entre os artigos analisados. Um padrão observado ocorreu entre aqueles artigos que não oferecem descrição de nenhuma das operações. Esse padrão de ausência de informações sobre os critérios de organização, os indicadores e os procedimentos de inferência foi observado em mais da metade dos artigos analisados (55 artigos). Esse resultado, em especial, contrasta com a ideia de transparência metodológica, apontando uma desarticulação descritiva entre hipóteses, técnicas e interpretações dos dados.

Um exemplo de clareza encontrado na sequência inferencial é a pesquisa de Panobianco, Mamede, Almeida, Clapis e Ferreira (2008). As autoras definiram a interpretação global dos dados na pré-análise por leitura exaustiva das transcrições, seguindo para a identificação de temas convergentes entre as transcrições (inferência comparativa) e culminando com a avaliação da análise temática por um juiz independente (credibilidade das análises). Além disso, as pesquisadoras informam o embasamento teórico que orientou a inferência na interpretação global dos conteúdos (Antropologia interpretativa).

Na definição dos indicadores de inferência, os estudos analisados demonstram heterogeneidade na condução dos processos inferenciais. Enquanto a maior parte dos artigos foca a produção de temas com base em literatura como recurso inferencial natural (dedução), outros buscam indutivamente criar categorias a partir da leitura do material. Nesse segundo caso, o processo indutivo geralmente não deixa claro quais critérios orientaram a montagem das categorias, por exemplo, se foi seguida uma indução pela intenção comunicativa dos conteúdos ou pela simples variação dos temas relatados.

Acerca dos processos inferenciais na AC, Roulston (2001) propõe uma distinção entre análises temáticas e análises conversacionais.

Segundo a pesquisadora, processos inferenciais baseados em temas prévios ignoram a mútua influência que o contexto de coleta de dados produz na criação dos enunciados que serão posteriormente categorizados. Nesse sentido, uma análise destituída das condições de produção dos enunciados poderia levar a uma teorização como produção de verdade ideológica; uma análise reflexiva da produção dos enunciados por meio da análise de conversação, ao contrário, poderia abarcar com maior fidedignidade o processo de interação comunicativa, além de fornecer maior dinamicismo na definição dos indicadores e procedimentos de inferência.

Outros elementos que escaparam ao protocolo proposto também foram observados na análise dos artigos. Referem-se a elementos de discussão para a futura publicação de pesquisas que envolvem AC. O primeiro elemento trata da utilização de juízes para a categorização. Em diversos artigos, esse procedimento aparece como algo que garante forte validade ao estudo. No entanto, se não há indicadores claros especificados para serem observados nos registros, e se não há uma lógica de inferência igualmente clara para ser aplicada ao estudo, o uso de juízes confere somente uma confiabilidade parcial, exclusiva do procedimento de categorização e muito mais relativa a uma ideia de variação interpretativa do que de validade do procedimento. Um bom exemplo da utilização criteriosa de juízes é o estudo de Antloga e Mendes (2009). As autoras lançaram mão dos juízes apenas depois de estabelecer a modalidade de AC que utilizariam na pesquisa, no caso uma AC categorial temática. Além disso, a subsequente lógica de inferência, no caso recorrência de temas, orientou claramente os juízes sobre o que deveriam fazer na observação das evidências.

O segundo elemento que aparece em diversos artigos é a autodenominação qualitativa do artigo, sem que este estabeleça uma análise qualitativa de fato para apoiar as conclusões obtidas. Pesquisas que utilizam frequência como critério são, em alguns casos, descritas como qualitativas. Para ser considerada uma AC qualitativa, o critério correto seria presença/ausência dos indicadores. Por outro lado, em artigos que definem sua AC como quantitativa, que geralmente utilizam *softwares*, os procedimentos são descritos detalhadamente e com critérios bem estabelecidos. Nessas pesquisas, são observadas, por exemplo, análises estatísticas de concordância entre juízes (Borges & Alencar, 2006) e construção de mapas conceituais a partir da frequência de conteúdos (Bastos, Souza, Menezes, Neris, Melo, & Brandão, 2007).

Diante da suposta dispersão da prática, é possível discutir se a prevalente ausência de discussões metodológicas nas pesquisas fomenta uma preocupação ainda maior sobre a prática da AC, qual seja, estaria a análise de conteúdo servindo, em alguns casos, aos propósitos ideológicos de sustentação de resultados não fundamentados em dados? A dúvida se impõe não pela constatação da prática dedutiva, qualitativa ou quantitativa, mas pela dificuldade de se compreender as regras hermenêuticas implícitas na interpretação do significado das mensagens. Mesmo que baseadas em estudos prévios ou em teorias consolidadas, a dedução empregada pelos que não explicitam sua lógica é exclusivamente confirmatória e centralizadora. São raras as ocasiões de reflexão sobre o processo de análise conferido pela prática de AC, como se o método garantisse de antemão a credibilidade da pesquisa.

Considerações finais

A descrição do método é um elemento fundamental na comunicação científica, e inclui basicamente toda a ordem de procedimentos adotados relevantes para a conclusão obtida. Dentro do método, encontra-se a descrição da análise, que compreende o conjunto de procedimentos adotados pelo pesquisador para obter os resultados apresentados. O que se verifica em AC é que a descrição da análise, para a compreensão dos procedimentos relevantes ao estudo, deveria conter não só a forma de categorização mas também o conjunto de procedimentos que envolvem a organização do material, a escolha de indicadores e a lógica de inferência dos dados.

O procedimento de inferência, especificamente, refere-se à relação entre lógica e técnica na análise dos dados obtidos e conclusões apresentadas. No entanto, é expressiva a quantidade de artigos que não descreveram esses elementos, sendo somente 28 (33,73%) o número de artigos que apresentaram os procedimentos em sua totalidade. Sugere-se, por fim, para a publicação de pesquisas científicas que utilizam AC: 1) verificar o uso coerente da mesma variável nos objetivos, na análise dos dados e na conclusão do estudo, 2) verificar se, mesmo com a referência a autores comumente publicados, há descrição do tipo de AC empreendida e 3) verificar se há descrição de como os dados foram organizados, dos indicadores utilizados para identificar conteúdos e temáticas e da lógica inferencial para obtenção dos resultados.

A revisão empreendida possui *status* de análise preliminar das publicações que utilizam a AC. Nesse sentido, seus resultados são limitados, pois não abarcam o grande universo que cerca a prática. Por outro lado, os artigos foram criteriosamente selecionados

e repercutem entre si padrões de utilização do método em periódicos de alta qualidade (Qualis A). Entretanto, uma medida para obter maior validade das análises teria sido a inclusão de mais estudos, derivados de periódicos em diferentes estratos da classificação CAPES. Um aprofundamento das análises também é necessário, especialmente no que concerne à descrição mais detalhada das relações entre indução/dedução e métodos qualitativos/quantitativos. Sugere-se, para levantamento futuro, a inclusão de uma taxonomia mais específica sobre as nuances epistêmicas do processo inferencial da AC. Nesse caso, o amparo em pesquisas de metodologia poderia estender-se a um estudo de história do método, com seções de discussão destinadas à relação entre variáveis psicológicas e mecanismos de acesso e de organização de dados.

Espera-se que o artigo possa contribuir para a orientação da descrição clara e coerente dos procedimentos de AC em pesquisa, favorecendo a compreensão da articulação científica desse método tão difundido, e também para a discussão sobre os fundamentos da teoria e da prática do método.

Thiago Gomes de Castro

Mestre em Psicologia, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS - Brasil.
E-mail: thiago.cast@gmail.com

Daniel Abs

Mestre em Psicologia, Doutorando no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS – Brasil.
E-mail: absdacruz@gmail.com

Jorge Castellá Sarriera

Pós-doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona e pela University of San Francisco. Professor do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS – Brasil.
E-mail: sarriera@terra.com.br

Endereço para envio de correspondência:

Rua 8 de Julho, nº 95, apt 403 Bairro Jardim Botânico Porto Alegre, Brasil. CEP: 90690-240

Recebido 11/1/2011, 1ª Reformulação 26/7/2011, Aprovado 12/8/2011.

Referências

- Antloga, C. S., & Mendes, A. M. (2009). Sofrimento e adoecimento dos vendedores de uma empresa de material de construção. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 255-262.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70 (Trabalho original publicado em 1977).
- Bastos, A. V. B., Souza, J. J., Menezes, I. G., Neris, J. S., Melo, L. C. T., & Brandão, L. A. G. (2007). Teoria implícita de organização e padrões de inovação nos processos de gestão. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, 20(1), 157-166.
- Borges, L. S., & Alencar, H. M. (2006). Moralidade e homicídio: um estudo sobre a motivação do transgressor. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19(3), 451-459.
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. (2008). *Reestruturação do Qualis*. Brasília, DF: Conselho Técnico Científico da Educação Superior – MEC.
- DeSouza, M. L., & Gomes, W. B. (2003). Evidência e interpretação em pesquisa: as relações entre qualidades e quantidades. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 83-92.
- Dey, I. (1993). *Qualitative data analysis: A user-friendly guide for social scientists*. Londres: Routledge.
- Diefenbach, T. (2009). Are case studies more than sophisticated storytelling? Methodological problems of qualitative empirical research mainly based on semi-structured interviews. *Quality & Quantity*, 43(6), 875-894.
- Elo, S., & Kyngäs, H. (2008). The qualitative content analysis process. *JAN: Research Methodology*, 62(1), 107-115.
- Gomes, W. B. (2007). A distinção de procedimentos técnicos e lógicos na análise fenomenológica do exercício didático: o que é uma boa aula de psicologia? *Revista da Abordagem Gestáltica*, 13(2), 228-240.
- Graneheim U. H., & Lundman, B. (2004). Qualitative content analysis in nursing research: Concepts, procedures and measures to achieve trustworthiness. *Nurse Education Today*, 24, 105-112.
- Greenhalgh, T. (1997). Papers that summarise other papers (systematic review and meta-analysis). *BMJ*, 13(315), 672-675.
- Harwood, T. G., & Garry, T. (2003). An overview of content analysis. *The Marketing Review*, 3, 479-498.
- Keats, P. A. (2009). Multiple text analysis in narrative research: Visual, written, and spoken stories of experience. *Qualitative Research*, 9(2), 181-195.
- Libório, R. M. C. (2005). Adolescentes em situação de prostituição: uma análise sobre a exploração sexual comercial na sociedade contemporânea. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(3), 413-420.
- Lieblich, A., Tuval-Mashiach, R., & Zilber, T. (1998). *Narrative research: Reading, analysis, and interpretation*. Newbury Park, CA: Sage.
- Minayo, M. C. S. (Org.). (1996). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade* (6a ed.) Petrópolis, RJ: Vozes.
- Miyata, H., & Kai, I. (2009). Reconsidering evaluation criteria for scientific adequacy in health care research: An integrative framework of quantitative and qualitative criteria. *International Journal of Qualitative Methods*, 8(1), 64-75.
- Morgan, D. L. (1993). Qualitative content analysis: A guide to paths not taken. *Qualitative Health Research*, 1, 112-121.
- Panobianco, M. S., Mamede, M. V., Almeida, A. M., Clapis, M. J., & Ferreira, C. B. (2008). Experiência de mulheres com linfedema pós-mastectomia: significado do sofrimento vivido. *Psicologia em Estudo*, 13(4), 807-816.
- Polit D. F., & Beck C. T. (2004). *Nursing research: Principles and methods*. Philadelphia, PA: Lippincott, Williams & Wilkins.
- Robson, C. (1993). *Real world research: A resource for social scientists and practitioner-researchers*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Roulston, K. (2001). Data analysis and 'theorizing as ideology'. *Qualitative Research*, 1(3), 279-302.
- Tesch, R. (1990). *Qualitative research: Analysis types and software tools*. Palmer, PA: Bristol.